

O Caso Fosfoetanolamina e a Comunicação Pública da Ciência¹

Simone Alves de CARVALHO²

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Esse artigo trata da comunicação pública da ciência, utilizando para análise o estudo de caso da fosfoetanolamina, popularmente conhecida como “pílula anticâncer” ou “pílula do câncer”. Avaliamos o discurso institucional do Jornal da USP e o discurso midiático pelos jornais diários Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, no período de 01 de outubro de 2015 a 31 de março de 2016. Para realizar esta análise documental, foram coletadas reportagens, editoriais, opiniões e outros nos sites dos veículos. Encontramos como resultados muitas informações calcadas nas necessidades de saúde da sociedade e aquelas baseadas no discurso científico não tinham força suficiente para explicar os perigos de utilizar uma droga ainda não testada adequadamente em seres humanos. Concluímos ainda que a USP deve ser protagonista enquanto ator da fala científica.

Palavras chave: comunicação pública; comunicação científica; fosfoetanolamina.

Introdução

No mundo, anualmente, mais de 7 milhões de pessoas morrem vítimas dos diferentes tipos de câncer. É inegável a comoção pública que teve a notícia da “descoberta da pílula (de cura) do câncer” por um professor da USP de São Carlos. Entretanto, a pesquisa de medicamentos é longa e trabalhosa, com um alto grau de tecnicidade envolvido.

Nesse artigo, faremos uma leitura crítica sobre a comunicação pública da ciência e como ela foi realizada no caso da substância fosfoetanolamina. A palavra-chave para a busca foi “fosfoetanolamina”; nesse sentido, não utilizamos como palavra-chave para busca seus sinônimos como “pílula do câncer”, “pílula anticâncer” ou mesmo “fosfoamina”, outro nome utilizado para o composto químico em análise, pois verificamos que os resultados seriam redundantes.

Os veículos utilizados foram o Jornal da USP, órgão oficial da instituição; e sites dos jornais Folha de São Paulo (Folha) e O Estado de São Paulo (Estadão), dois dos principais veículos nacionais. Utilizaremos o método bibliográfico documental para a coleta de reportagens, publicadas entre 01/10/2015 e 31/03/2016, que abordaram o tema e

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Ciência, Meio Ambiente e Sociedade do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA-USP), bolsista CAPES. E-mail: simonecarvalho@usp.br.

posterior análise das mesmas. Consideramos relevante informar que no período compreendido entre 01/01/2015 e 30/09/2015, anterior ao período escolhido para esta análise, não houve nenhuma menção sobre a fosfoetanolamina nos veículos selecionados, o que aponta como foi veloz a propagação da informação sobre o composto químico, além do próprio distanciamento da mídia tradicional dos laboratórios de pesquisa universitários. O recorte inicia com a primeira aparição da substância no Jornal da USP na primeira quinzena de outubro de 2015 e no último dia da coleta de reportagens, 31/03/2016, marcam que o Senado Federal e a Presidência da República já estavam envolvidos com o assunto, de modo que fugia ao escopo de comunicação pública da ciência e adentrava as esferas da comunicação pública política e governamental.

Nosso objetivo é discutir a comunicação pública da ciência, tendo como base o estudo de caso da fosfoetanolamina, através do discurso institucional e do discurso midiático, que pode levar a falácias e desentendimentos entre a instituição e os públicos de interesse, muitas vezes alheios às regras da pesquisa clínica e farmacêutica.

A comunicação pública da ciência

Consideramos que os cientistas deveriam se preocupar em manter um canal de comunicação aberto e dialógico com a sociedade e devam refletir sobre como as descobertas afetam a sociedade. Para Lima e Caldas (2011, p. 509),

por muitos anos, a imagem do cientista foi vinculada, no imaginário da sociedade, a uma figura isolada em seu laboratório, já que os resultados de uma pesquisa eram quase que unicamente relatados apenas para a própria comunidade científica em congressos ou artigos científicos.

Brandão (2006, p. 4) afirma que a comunicação científica é oriunda da divulgação científica e que

mais recentemente, a produção e difusão do conhecimento científico incorporaram preocupações sociais, políticas econômicas e corporativas que ultrapassam os limites da ciência pura e que obrigaram as instituições de pesquisa a estender a divulgação científica além do círculo de seus pares (BRANDÃO, 2006, p. 4)

Especificamente “na área de saúde pública foram construídas estratégias de aproximação e informação, sobretudo para as populações necessitadas” (BRANDÃO, 2006, p. 4). Nessa área, ainda temos a interferência de costumes, credências, preconceitos e ainda a necessidade premente de uma cura e o medo da morte e da invalidez permanente. Além

disso, “assuntos científicos de relevância social, política e econômica, como é o caso de se discutir os alimentos transgênicos, a produção de energia e a aplicação de biotecnologias ligadas à engenharia genética” (NAVAS; CONTIER; MARANDINO, 2007, p. 11-2) devem ser discutidos e pesquisados de acordo com as necessidades da sociedade.

Lima e Caldas afirmam que

com o passar do tempo, com o interesse e a demanda crescente da sociedade por assuntos científicos e com a formação do campo de estudo em Ciência, Tecnologia e Sociedade (C,T&S), o cientista passou a ser visto como um ator inserido em um contexto sócio-político e a C&T passou a fazer parte de um processo social e histórico. Nesse sentido, surgiram também questionamentos quanto ao aproveitamento da C&T e a responsabilidade social do cientista (2011, p. 510)

Para Brandão, a comunicação pública científica

está inserida no âmbito das discussões que dizem respeito à gestão das questões públicas e pretende influir para a mudança de hábitos de segmentos de população, bem como na tomada de decisão política a respeito de assuntos da ciência que influenciam diretamente a vida do cidadão (BRANDÃO, 2009, p. 4)

A isso, corroboram Lima e Caldas com o papel da “divulgação e o jornalismo científico [que] são fundamentais para que a informação se transforme em conhecimento” (2011, p. 510) e seja útil para a sociedade, no entender de Caldas (2004, p. 36), que existam parcerias entre cientistas e jornalistas.

Costa, Sousa e Mazocco (2010), Navas, Contier e Marandino (2007), Lima e Caldas (2011) e Vanzini (2015) enumeram cinco perspectivas comunicacionais para a comunicação pública científica, a saber: comunicação de mão única, como o modelo de déficit e o contextual; e os dialógicos, que contam com a participação ativa da sociedade, que são os modelos de experiência leiga, o de participação pública e o de perspectiva cívica.

O modelo de déficit considera que o cientista é o único que possui o conhecimento e a sociedade leiga, carente dessa informação. Esse modelo não leva em consideração “a conjuntura social e cultural na qual o público e a ciência estão inseridos” (LIMA; CALDAS, 2011, p. 512). O modelo contextual pressupõe que os indivíduos processam as informações recebidas dentro do seu contexto; e pode gerar alguns riscos, como a criação de redes de interesses por trás das pesquisas e visões conspiratórias da ciência em sociedade (LIMA; CALDAS, 2011, p. 513).

O modelo de experiência leiga “valoriza os conhecimentos locais (como experiências de uma comunidade, práticas utilizadas no dia a dia e conhecimentos herdados de geração para geração)” (LIMA; CALDAS, 2011, p. 513), mostrando-se mais dialógico.

O modelo de participação pública demanda o compromisso com a democratização da ciência e tem seu lugar em debates e conferências que unam cientistas e sociedade; e o modelo de perspectiva cívica

assinala a ciência como uma importante parte da cultura da sociedade atual, onde o objetivo da divulgação científica é contribuir, difundir e melhorar a cultura científica, além de fortalecer a prática da cidadania ao estimular nas pessoas a responsabilidade pela ciência que é produzida em seu país. Nesse sentido, é necessário que se conheçam as características da atividade científica e se saiba como esse conhecimento é produzido (LIMA; CALDAS, 2011, p. 513)

Esses modelos dialógicos pressupõem conhecimento de sua existência, disponibilidade, oportunidade, acesso e utilização de linguagem adequada. (DUARTE, 2007). Os modelos de participação pública e de perspectiva cívica levam ao questionamento proposto por Camargo (2013):

a maior preocupação com o papel social da ciência na sociedade, principalmente nos últimos vinte anos, bem como o aumento da competitividade entre equipes de pesquisa e os altos investimentos em dinheiro colocaram a ciência em destaque, fortalecendo a premissa de que o acesso às informações de ciência e tecnologia é fundamental para o exercício da cidadania (CAMARGO, 2013, p. 3)

Para Vanzini (2015), devemos possibilitar ao cidadão “condições e conhecimento científico suficiente para exercer um papel mais ativo” (p. 10), em que os jornais como meio de informação diária deveriam ter papel preponderante. Nesse sentido, Tabakman (2013) aponta que a seção “Ciência” em jornal surgiu primeiramente no *The New York Times*, em 1978. Essa ideia se alastrou e garantiu espaço para a discussão das descobertas científicas, especialmente as voltadas para a saúde. Para a autora, “a imprensa é atraída por fatos não rotineiros, especialmente os de impacto imediato” (2013, p. 15), o que se encaixa na necessidade de novidades na área da saúde, pois atinge diretamente o receptor da notícia. Conforme destaca Souza (2014), é fundamental que exista divulgação científica tanto entre os pares, para que estimule a produção do conhecimento, como para a população beneficiária destes avanços.

A comunicação pública e a saúde pública

A sociedade se interessa pela área de saúde pública, com novos tratamentos, descobertas e melhorias. Entretanto, a compreensão do discurso científico pode ser prejudicada se não for realizada a comunicação pública da ciência efetiva, que pode

confundir o cidadão com custos, eficácias e promessas miraculosas. Para Lerner (2014, p. 158), o câncer, por sua gravidade e incidência, tem uma cobertura midiática recorrente.

Nesse sentido, retomamos o pensamento de Debord (1997) e sua sociedade do espetáculo, que “se apresenta como uma enorme positividade, indiscutível e inacessível [...] a atitude que por princípio ele exige é a da aceitação passiva” (DEBORD, 1997, p. 16-7) e que pode ser entendido como “a conservação da inconsciência na mudança prática das condições de existência (idem, p. 21) e “corresponde a uma fabricação concreta da alienação” (idem, p. 24). Essa crítica da sociedade e do fetichismo da mercadoria, no caso da fosfoetanolamina como suposta cura para uma doença grave, mesmo que ainda não devidamente pesquisada, demonstra como existem muitas lacunas a serem preenchidas nesse campo. Utilizamos o conceito de sociedade do espetáculo como a “relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (idem, p. 10-11-), em que a efetividade clínica é substituída pela imagem esperançosa de cura.

Tabakman (2013, p. 10) reflete que “o interesse dos leitores pela medicina não é mais do que o reflexo de uma mudança de atitude na qual os pacientes se encarregam da própria saúde e buscam informações em todas as fontes possíveis”, o que nos leva à discussão da veracidade e compreensibilidade dos temas, pois “é lamentável que na busca do apelativo muitas vezes se esqueça de que o essencial deveria continuar sendo a qualidade da informação, ainda mais quando pode levar a consequências gravíssimas” (idem, p. 14) e, no caso de liberar uma substância sem as devidas pesquisas confirmando seus efeitos, essas consequências podem surgir. Lerner (2014, p. 151) afirma que o aumento do interesse por notícias relacionadas à saúde “parece nos revelar um fenômeno mais amplo, ligado ao próprio lugar que a saúde vem adquirindo na sociedade contemporânea e o redimensionamento do estatuto da saúde e da doença”, ou seja, a percepção da importância da qualidade de vida.

Para Tabakman (2013, p. 10), existem “quatro problemas típicos do jornalismo médico: divulgação prematura, exploração da dor, publicidade velada e *shows* hospitalares”, no caso da fosfoetanolamina, analisaremos as reportagens publicadas principalmente como divulgação prematura, pois as pesquisas clínicas, na data da escrita desse artigo, ainda não são comprobatórias dos efeitos. Nesse caso,

ainda que a matéria procure deixar claro para os leitores que uma descoberta antecede em muitos anos o tratamento, e que em ciência o que hoje é verdade absoluta amanhã pode ser desmentido [...] as pessoas – para dizer em termos

coloquiais – “entenderão” o que quiserem [...] ou o que conseguirem (TABAKMAN, 2013, p. 150)

ou seja, a matéria jornalística tem um peso de verdade que influencia na recepção das notícias, e “a mídia certamente não é um espaço transparente no qual a realidade – no caso, a saúde – é falada” (LERNER, 2014, p. 156), isto é, o cidadão, ao obter informações sobre saúde na mídia, deve estar ciente e observador dos interesses corporativos envolvidos.

É importante não confundir os significados de informação e comunicação. A saúde pública possui inúmeros sistemas de coleta de informações, utilizados para mapear situações emergenciais, epidemias entre outros dados, mas a comunicação pública deve ser dialógica e caminhar com a educação, especialmente para prevenção e tratamento. As informações proporcionadas pela mídia de massa, segundo Corcoran (2010, p. 73-4) podem “impactar comportamentos receptivos [...]; expressar informações simples [...]; aumentar o conhecimento [...]; colocar a saúde na agenda pública”, mas ela é ineficaz para “comunicar informação complexa” (idem, p. 75), exatamente a situação na qual a fosfoetanolamina se encontra. Nesse sentido, existe “uma diferença entre a tentativa de se construir adesão e a de fazer da população um ator social crítico, participativo nas decisões tomadas no processo” (GERALDES, 2008, p. 137), pois a pesquisa e a comunicação pública da fosfoetanolamina lidam diretamente com a sobrevivência do paciente, que, em momentos de desespero, pode aceitar desde medicamentos já consagrados cientificamente a credences populares como beberagens e simpatias. Geraldes afirma que “o jornalismo deve repensar sua responsabilidade social” (2008, p. 142), o que muitas vezes vai de encontro aos interesses comerciais das organizações e aos interesses da sociedade.

Lerner (2014, p. 152) destaca que a visão da doença é “cultural e historicamente situada”, ou seja, as influências sofridas no ambiente sociocultural são inegáveis, tanto no adoecimento como no processo de cura, e, na contemporaneidade, com a ampliação da expectativa de vida, as novas tecnologias que promovem curas para doenças antes fatais e todo o acesso à informação, houve uma modificação no posicionamento da sociedade em relação à doença, sua prevenção e combate.

Corcoran e Corcoran (2010) analisam os modelos teóricos de comunicação com base nas intervenções em saúde e nas ocorrências sociais. Nesse sentido, as autoras afirmam que a promoção da saúde tem como determinantes os fatores sociais, calcados nas crenças, valores, percepções e atitudes cotidianas, e a possibilidade de mudanças residem na obtenção de informação, que terão credibilidade de acordo com os envolvidos no processo comunicacional.

O caso fosfoetanolamina na USP

O professor Gilberto Orivaldo Chierice e seu Grupo de Química Analítica e Tecnologia de Polímeros do Instituto de Química de São Carlos da USP (IQSC-USP) iniciou as pesquisas com a substância fosfoetanolamina há mais de vinte anos. Naquela época, cápsulas com a substância foram oferecidas gratuitamente a pacientes com câncer. O professor se aposentou em 2013 e no ano seguinte a produção e distribuição do produto foram paralisadas devido a uma nova portaria do IQSC-USP. Após a paralisação “pacientes com câncer entram na Justiça para obter a droga. Centenas de liminares são concedidas, autorizando a entrega das cápsulas”. Em 2015, o professor declarou ao site G1 que produzia “50 mil cápsulas por mês, 60 por pessoa”. Em 6 de outubro daquele ano, o TJ-SP suspendeu liminares que concediam o fornecimento da fosfoetanolamina e, três dias depois, o pedido de suspensão é reconsiderado (Jornal da USP, n. 1085, p. 4-5).

As liminares que suspendem e as que permitem estão em constante movimento desde outubro de 2015, não tendo sido possível chegar a uma conclusão por diversos fatores envolvidos, entre eles: a ANVISA “não tem comprovação de eficácia contra o câncer”; a USP não tem capacidade produtiva ou mercadológica para fornecer e vender produtos.

Barros (2004) adverte que “matérias veiculadas na grande imprensa e que terminam induzindo o leitor ao consumo independente da prescrição (automedicação)” (BARROS, 2004, l. 107), além de apontar que “pessoas que consultavam webs médicas se consideravam capacitadas para manejar seus problemas de saúde” (idem, l. 336). O caso da fosfoetanolamina foi um pouco diferente, pois surgiu na grande imprensa após a suspensão da entrega da substância, que era realizada sem prescrição médica. Para o autor, demora-se entre 10 e 15 anos para que as pesquisas garantam a segurança e eficácia do novo medicamento, pesquisas estas que devem ser feitas com rígidos controles.

A dificuldade de lançar novos medicamentos de uso comercial, além desse longo período de pesquisas – pelo qual a fosfoetanolamina já poderia ter passado, caso houvessem sido feitas parceiras com hospitais e instituições interessadas – a indústria farmacêutica prefere lançar medicamentos que possuem “publicações que gozam de renome no meio médico” (BARROS, 2004, l. 259), pois isso destaca o produto e facilita a propaganda do produto. Entretanto,

há evidências de que, no caso de resultados negativos, esses aparecem, mais frequentemente, tempos depois do lançamento do produto, tendo se constatado

iniciativas legais por parte das empresas para cercear a iniciativa de pesquisadores independentes de trazer a público resultados negativos (idem)

No caso da fosfoetanolamina, que foi alçada tanto a herói quanto a vilão no curto período de seis meses que este artigo compreende, é desconhecido seu potencial iatrogênico. No que tange as indústrias farmacêuticas, possíveis parceiros e partes interessadas no desenvolvimento de novas substâncias medicamentosas, há temores de que elas ameacem a objetividade das investigações clínicas e a comunicação dos resultados (BARROS, 2004, l. 281). Seguiremos com as análises realizadas das reportagens publicadas pelos veículos Jornal da USP, Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, no período entre 01/10/2015 e 31/03/2016.

A fosfoetanolamina na mídia

A primeira aparição da fosfoetanolamina no Jornal da USP destaca que “o médico relata que a substância é ‘extremamente promissora’ no controle da proliferação de células tumorais, mas alerta para a necessidade de estudos que confirmem sua eficácia e segurança”. A matéria termina com um link para um comunicado institucional, divulgado na mesma data, com o título “USP divulga comunicado sobre a substância fosfoetanolamina” cujo subtítulo é “Fosfoetanolamina não é remédio”. Nesse comunicado, a USP se posiciona como cumpridora de liminares judiciais, nos casos em que houve processos legais; alerta para a falta de registro e autorização de uso pela ANVISA; informa que não foram desenvolvidos estudos clínicos controlados em humanos; que o médico é o responsável legal, profissional e ético pela prescrição, uso e efeitos colaterais de substâncias químicas; realça que a instituição não é uma indústria química ou farmacêutica, não possuindo condições de produção da substância em larga escala e não atendendo aos requisitos legais para fabricação de medicamentos.

Em 19/10/2015 a substância teve destaque na página 6 do Jornal da USP, com matéria de página inteira sob o título “Solução ainda não disponível” e com a chamada “Anunciada como cura para diversos tipos de cânceres, a fosfoetanolamina ou fosfoamina não está devidamente testada e aprovada para os seres humanos”. Essa matéria repete os pontos da entrevista e do comunicado da USP mencionados acima. Na semana seguinte, a edição 1085 do Jornal da USP estampou a fosfoetanolamina na capa e matéria de página dupla, em que apresentou a linha do tempo da fosfoetanolamina na academia, na justiça e na mídia, buscando a origem dos estudos nos anos 1990, com o professor Gilberto Orivaldo Chierice. Nessa matéria, são retomadas questões como a produção artesanal, sem os

requisitos técnicos para a produção de medicamentos nos laboratórios da USP. Analisa-se também a reação da sociedade em relação à pílula, entrevistando pessoas que, mesmo cientes de que a pílula não é uma garantia de cura e que não é aprovada como medicamento, preferem ter a oportunidade de tomar a pílula como tratamento ou parte deste do que ter este suposto direito negado pela USP.

A USP noticiou em 11/11/2015 que o Tribunal de Justiça de SP proibiu o fornecimento de fosfoetanolamina por “não ser prudente a liberação da fosfoetanolamina sem as necessárias pesquisas científicas”. As decisões judiciais que liberavam e proibiam a distribuição da fosfoetanolamina foi uma constante nesses seis meses. Destacamos aqui o papel de comunicadores públicos também desses órgãos, que devem zelar pelos cidadãos e pelas instituições, sejam elas públicas ou não.

A polêmica sobre a fosfoetanolamina internacionalizou-se e o Jornal da USP reproduziu um editorial da Revista Nature³ “em que defende que a fabricação e distribuição da substância, sem a adequada supervisão, para pacientes que buscam a cura do câncer pode abrir um precedente prejudicial na comunidade médica e farmacêutica” (Jornal da USP, 24/11/2015). Nessa semana também foi solicitado pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, à ANVISA, que fossem concedidas autorizações “para que as pessoas com câncer utilizem a substância”.

Em 07/01/2016, foi solicitado ao Instituto Nacional de Câncer (INCA), pelo Supremo Tribunal Federal, um parecer sobre a fosfoetanolamina, cuja resposta foi que seu uso é precipitado. Em 18/01/2016, a USP se pronunciou quanto às citações e intimações recebidas, e informou que, para os casos autorizados por decisões judiciais, a fosfoetanolamina é entregue pelos Correios, através de Sedex a cobrar, não é entregue pessoalmente e que não são recebidas citações e intimações por e-mail. Em 02/02/2016, foi noticiada a criação de atendimento eletrônico para orientar sobre a fosfoetanolamina, cuja produção e fornecimento continuam seguindo as ações judiciais, sendo essa a última menção à fosfoetanolamina durante o período selecionado de pesquisa.

A primeira veiculação da fosfoetanolamina na Folha ocorre em 15/10/2015, com depoimento de familiar e resolução da Justiça; destacamos que as manchetes da Folha utilizam a nomenclatura “pílula (ou droga) anticâncer” ou “pílula (ou droga) do câncer”, sem destacar o nome oficial do composto – lembrando que seria esta a nomenclatura utilizada no caso da aprovação do medicamento e de sua versão genérica. Outro destaque é

³ Para acessar os textos da Nature, os endereços são: <http://www.nature.com/news/brazilian-courts-tussle-over-unproven-cancer-treatment-1.18864> e <http://www.nature.com/news/drugs-on-demand-1.18873>

o constante uso do adjetivo “suposta” antes de mencionar a fosfoetanolamina como cura para o câncer, demonstrando imparcialidade. A Folha destaca, além do baixo custo da substância, que a fosfoetanolamina ainda não foi aprovada ou liberada pelas instâncias adequadas e também o papel dos Tribunais de Justiça e do STF na questão.

Podemos observar que foram numerosas publicações na primeira semana após a divulgação fosfoetanolamina, mas as reportagens foram rareando com o passar o tempo e a repetição dos acontecimentos. Além disso, tivemos também assuntos que não seriam notícia se não fosse a sua relação com a fosfoetanolamina, como no caso da internação da procuradora da USP de São Carlos; ou cuja relação é sensível, como no caso da liberação do canabidiol ou com outros medicamentos em estudos. Por outro lado, notamos que muitas informações se fazem ausentes, como quais protocolos foram tomados para a escolha de quais hospitais estariam no rol dos institutos pesquisadores; com seriam escolhidos os pacientes; como seria o controle; como foi a escolha do laboratório para produzir a substância; qual o papel específico das universidades, hospitais, agências reguladoras, ministérios e governos em suas diversas esferas; Também é relevante que não foram feitas reportagens subsequentes sobre o câncer e seus tratamentos convencionais e foram poucos os casos de entrevistas com pacientes com câncer que usaram a fosfoetanolamina.

A Folha publicou editoriais criticando a produção e fornecimento, pela USP, da substância, apontando a polarização da discussão e explicando como funcionam as fases da pesquisa de um composto químico e que elas são dispendiosas em tempo e dinheiro. Em ambos editoriais podemos observar uma postura crítica do jornal diante da fosfoetanolamina e o apoio à continuidade das pesquisas, fora do âmbito espetacularizado. Também foram publicados artigos na seção Opinião, em que houve declarações taxativas sobre o uso e distribuição da fosfoetanolamina ser anticientífico, antiético e ilegal; o risco que pode trazer para a saúde pública; a confusão entre esperança e ilusão e mesmo defesas ardorosas da substância.

Diversos colunistas utilizaram seus espaços para debaterem suas ideias e investigações, apresentando sempre o fato de que as pesquisas ainda não são conclusivas, inclusive relembrando outros pseudomedicamentos que podem levar ao agravamento do quadro do paciente. Por outro lado, no espaço Painel do Leitor, muitas manifestações foram favoráveis continuidade da distribuição da fosfoetanolamina, argumentando sobre o livre arbítrio e os depoimentos de sucesso de pacientes que utilizaram a substância, independentemente das informações noticiadas pelo próprio veículo.

A busca no acervo do jornal O Estado de São Paulo trouxe reportagens sobre a fosfoetanolamina que também debatiam a eficácia ou não da substância, destacando os números relativos às pesquisas futuras envolvendo a fosfoetanolamina, como a quantidade despendida pelo Ministério da Saúde para a pesquisa e o total de pacientes que participarão da pesquisa em cinco hospitais da rede estadual, informação posteriormente diminuída para quatro hospitais. O jornal destacou que pacientes com prognóstico de pouco tempo de vida não farão parte da amostra.

O Estadão também apresentou diversas reportagens e entrevistas com pacientes e/ou responsáveis e suas atitudes extremas para conseguirem acesso à mesma, como o caso da mulher que fez greve de fome; destaca que muitos casos são terminais; que algumas pessoas usam métodos violentos, como posse de arma, para conseguir a substância; ou ainda declarações desesperadas. Entretanto, também divulgou o editorial da Nature condenando a distribuição sem testes. O jornal também apresentou aos leitores um infográfico e uma linha do tempo sobre a fosfoetanolamina e uma entrevista com um dos detentores da patente da fosfoetanolamina sintética.

Considerações finais

Não é nosso objetivo, nesse artigo, discorrer ou mesmo afirmar sobre a eficácia ou não da fosfoetanolamina, pois, além de não ser de nossa competência científica, existem estudos anteriores que divergem sobre os resultados da fosfoetanolamina (Kano-Sueoka, Cohen, Yamaizumi; Mori, Fujik, 1979; Ferreira, Menequelo, Pereira, Mendonça Filho, Chierice, Maria, 2012; Ferreira, Santana-Lemos, Rego, Mendonça Filho, Chierice, Maria, 2013). Nosso objetivo é discutir o papel da comunicação pública da ciência. Temos um cenário em que, supostamente, existe uma cura para o câncer e que essa cura não está disponível aos cidadãos. Esse cenário, mal conduzido no aspecto comunicacional, pode gerar uma crise institucional, deixando a instituição em uma posição fragilizada, quando, na verdade, ela está zelando por seu patrimônio jurídico e financeiro, ao não fazer o papel ilegal de distribuidora de substâncias químicas não autorizadas; e acadêmico, ao afirmar constantemente a necessidade de que as pesquisas sejam continuadas pelas instituições competentes antes de serem mercantilizadas. Pudemos observar nas análises que o Jornal da USP teve um papel pouco preponderante no tocante à comunicação pública da ciência; e que diversos atores, representantes de instituições diferentes e com objetivos também diversificados, tiveram maior espaço em um jornal comercial como a FSP.

A USP pode e deve ampliar sua aparição midiática devido à sua atuação científica, que ainda fica restrita a um pequeno círculo, pois ainda estamos distantes dos modelos de participação pública e perspectiva cívicas ideais. A fosfoetanolamina mostrou como é frágil esse sistema comunicacional, entre as pesquisas ocorridas na universidade e a comunicação pública da ciência, de grande interesse da sociedade, e que ainda necessita de um trabalho planejado e meticuloso.

A análise feita com base no material publicado pela Folha de São Paulo mostra como a imprensa se pauta pelo imediatismo, com muita repetição de informações e sem maiores buscas aprofundadas em assuntos correlatos. Já a análise baseada no que foi divulgado pelo jornal O Estado de São Paulo apresenta posições semelhantes, mas tendeu a dar mais ênfase aos números concretos e às falas de pacientes e responsáveis. Nesse sentido, existe um vácuo entre quem pesquisa, quem publica e quem consome.

O caso fosfoetanolamina teve ampla divulgação prematura, provocando uma corrida para obter as pílulas, inclusive por meios judiciais, com grande prejuízo de imagem institucional. Entretanto, apesar da ausência de resultados definitivos sobre a substância, consideramos que houve pouca exploração da dor por parte dos veículos analisados como um fato positivo, em tempos de espetacularização midiática. A comunicação pública da ciência tem carência do diálogo com a sociedade, seja através da mídia ou através de suas instituições. Esperamos que a sociedade, as instituições acadêmicas e de pesquisa, as agências reguladoras, os governos em suas diversas esferas, os hospitais e as empresas farmacêuticas entendam seus respectivos papéis como comunicadores públicos, em que a dialogia é necessária.

Referências

BARROS, José. **Políticas farmacêuticas: a serviço dos interesses da saúde**. Brasília: UNESCO, 2004. E-book para Kobo. ISBN 85-7652-016-8.

BRANDÃO, Elizabeth, Conceito de comunicação pública. In DUARTE, Jorge (org.). **Comunicação pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**, São Paulo: Atlas, 2009, p. 01-33.

CAMARGO, Aline. Comunicação Pública da ciência e tecnologia: um convite à participação, mobilização, comunicação e informação. In **XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**. Bauru, SP, 2013. Disponível em: <http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2013/resumos/R38-1889-1.pdf>. Acesso em 20 mar. 2016.

CALDAS, Graça. Comunicação pública e ciência cidadã. In OLIVEIRA, Maria (org.). **Comunicação pública**. Campinas, SP: Alínea, 2004.

CORCORAN, Nova. Mídia de massa na comunicação em saúde. In CORCORAN, Nova. **Comunicação em saúde: estratégias para promoção de saúde**. São Paulo: Roca, 2010.

CORCORAN, Nova; CORCORAN, Sue. Fatores sociais e psicológicos na comunicação. In CORCORAN, Nova. **Comunicação em saúde: estratégias para promoção de saúde**. São Paulo: Roca, 2010.

COSTA, Antonio; SOUSA, Cidoval; MAZOCCO, Fabricio. Modelos de comunicação pública da ciência: agenda para um debate teórico-prático. In **Conexão – Comunicação e Cultura**. V. 9, n. 18, UCS, Caxias do Sul, jul./ dez. 2010. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conexao/article/view/624>. Acesso em 20 mar. 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUARTE, J. **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado e interesse público**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, A.; MENEQUELO, R. PEREIRA, A. MENDONÇA FILHO, O.; CHIERICE, D. MARIA, D. Anticancer effects of synthetic phosphoethanolamine on Ehrlich ascites tumor: an experimental study. In **NCBI**. P. 95-104. 2012. Disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/22213293> Acesso em 12 mai. 2016.

FERREIRA, A.; SANTANA-LEMOES, B; REGO, E.; MENDONÇA FILHO, O. CHIERICE, G.; MARIA, D. Synthetic phosphoethanolamine has in vitro and in vivo anti-leukemia effects. In **British Journal of Cancer**. P 2819-2828. 2013. Disponível em <http://www.nature.com/bjc/journal/v109/n11/full/bjc2013510a.html> Acesso em 12 mai. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br>. Acesso em 01 jul. 2016.

GERALDES, Elen. **Comunicação científica na sociedade de risco**. Brasília: Universa, 2008.

JORNAL DA USP. Disponível em <http://jornal.usp.br>. Acesso em 01 jul. 2016.

KANO-SUEOKA, T.; COHEN, D.; YAMAIZUMI, Z.; NISHIMURA, S.; MORI, M.; FUJIKI, H. Phosphoethanolamine as a growth factor of a mammary carcinoma cell line of rat. In **NCBI**. P. 5741-5744. 1979. Disponível em <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/293677> Acesso em 12 mai. 2016.

LERNER, Katia. Doença, mídia e subjetividade: algumas aproximações teóricas. In LERNER, Katia (org.). **Saúde e jornalismo: interfaces contemporâneas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

LIMA, Leila; CALDAS, Maria. Comunicação pública da ciência e a Fapesp. In Comunicação pública da ciência e a Fapesp. In **Anais do SETA**. v. 5, 2011. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/download/1270/14711> . Acesso em 20 mar. 2016.

NAVAS, Ana; CONTIER, Djana; MARANDINO, Martha. Controvérsia científica, comunicação pública da ciência e museus no bojo do movimento CTS. In **Ciência e Ensino** vol. 1, número especial, novembro de 2007. Disponível em <http://prc.ifsp.edu.br/ojs/index.php/cienciaensino/article/viewFile/127/102>. Acesso em 20 mar. 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br>. Acesso em 01 jul. 2016.

SOUZA, Luis. Difusão de conhecimentos e inovações em sistemas e serviços de atenção à saúde. In CUNHA, Francisco; LÁZARO, Cristiane; PEREIRA, Hernane. **Conhecimento, inovação e comunicação em serviços de saúde**. Salvador: EDUFBA, Rio de Janeiro: Fiocruz, 2014.

VANZINI, Kátia. Comunicação pública científica e modelos de comunicação pública da ciência e a contribuição à cidadania. In **V Conferência Sul-Americana de Mídia Cidadã**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.unicentro.br/redemc/2015/anais/DT4/DT4-23.pdf> . Acesso em 20 mar. 2016.